

Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A.

Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais do
Período de Três Meses
Findo em 31 de Março de 2024

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas e Administradores da
Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A.

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Outros assuntos


Demonstração do valor adicionado

As informações financeiras intermediárias anteriormente referidas incluem as demonstrações do valor adicionado - DVA referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil registradas na CVM. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações financeiras intermediárias, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 10 de maio de 2024



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Tarcísio Luiz dos Santos
Contador
CRC nº 1 SP 207626/O-0

EIXO SP CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R\$ mil)

ATIVO	Nota	31/03/2024	31/12/2023	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/03/2024	31/12/2023
	explicativa				explicativa		
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	473.089	562.216	Fornecedores	12	89.780	87.713
Aplicações financeiras vinculadas	4	42.282	18.534	Empréstimos e financiamentos	13	2.191	2.158
Contas a receber	5	62.718	61.983	Debêntures	14	5.739	722
Estoques	6	5.304	5.735	Credor pela concessão	15	153.869	190.803
Adiantamento a Fornecedores		2.438	2.229	Salários a pagar, provisão trabalhista e encargos sociais	16	23.288	22.293
Despesas Antecipadas		2.903	4.057	Impostos, taxas e contribuições	17	11.200	27.862
Impostos a recuperar		8.756	6.361	Adiantamento de clientes		2.020	2.312
Outros ativos		207	273	Seguros e garantias		25	225
Partes relacionadas	18	1.704	541	Passivo de arrendamento	19	7.768	5.436
Total do ativo circulante		<u>599.401</u>	<u>661.929</u>	Partes relacionadas	18	2.326	2.154
				Provisão para manutenção	20	144.290	139.515
				Outras contas a pagar		<u>363</u>	<u>368</u>
				Total do passivo circulante		<u>442.859</u>	<u>481.561</u>
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Aplicações financeiras vinculadas	4	10.568	24.809	Empréstimos e financiamentos	13	1.056.367	1.039.936
Impostos diferidos	7	67.614	65.363	Debêntures	14	468.798	405.075
Depósitos judiciais	8	27.644	19.106	Debêntures - Partes Relacionadas	14	595.411	637.825
Outras Contas a receber		1.878	2.504	Passivo de arrendamento	19	10.740	4.189
Imobilizado	9	76.436	77.195	Provisão para riscos processuais	21	17.563	14.882
Intangível	10	3.025.969	2.948.158	Provisão para manutenção	20	105.295	87.482
Direito de uso	11	18.530	10.214	Dividendos	22.b	1.600	1.600
Total do ativo não circulante		<u>3.228.639</u>	<u>3.147.349</u>	Total do passivo não circulante		<u>2.255.774</u>	<u>2.190.989</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital Social	22	969.857	969.857
				Reserva Legal	22.c	8.424	8.424
				Reserva de lucros	22.d	<u>151.126</u>	<u>158.447</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>1.129.407</u>	<u>1.136.728</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>3.828.040</u>	<u>3.809.278</u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>3.828.040</u>	<u>3.809.278</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

EIXO SP CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2024 E DE 2023

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto para o lucro por ação)

	Nota explicativa	01/01/2024 até 31/03/2024	01/01/2023 até 31/03/2023
RECEITA LÍQUIDA	23	312.772	287.384
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	24	(253.433)	(225.857)
LUCRO BRUTO		<u>59.339</u>	<u>61.527</u>
Despesa administrativas	24	(15.648)	(13.359)
Outras Receitas Operacionais		254	110
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>43.945</u>	<u>48.278</u>
Receitas financeiras	25	15.221	10.228
Despesas financeiras	25	(68.562)	(60.582)
		<u>(53.341)</u>	<u>(50.354)</u>
PREJUÍZO DO PERÍODO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(9.396)	(2.076)
Imposto de renda e contribuição social correntes	7	(176)	(11.249)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	2.251	10.996
PREJUÍZO DO PERÍODO		<u>(7.321)</u>	<u>(2.329)</u>
Prejuízo por ação - básico	26	(0,008)	(0,002)
Prejuízo por ação - diluído	26	(0,007)	(0,002)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

EIXO SP CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2024 E DE 2023
(Em milhares de reais - R\$ mil)

	01/01/2024 até 31/03/2024	01/01/2023 até 31/03/2023
Prejuízo do período	(7.321)	(2.329)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado Abrangente do período	<u>(7.321)</u>	<u>(2.329)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

EIXO SP CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2024 E DE 2023
(Em milhares de reais - R\$ mil)

	Capital Social		Lucros acumulados	Reservas		Total
	Subscrito	A integralizar		Legal	Lucros	
SALDO EM 31/12/2022	1.400.000	(430.143)	-	4.272	80.347	1.054.476
Prejuízo do período	-	-	(2.329)	-	-	(2.329)
SALDO EM 31/03/2023	<u>1.400.000</u>	<u>(430.143)</u>	<u>(2.329)</u>	<u>4.272</u>	<u>80.347</u>	<u>1.052.147</u>
SALDO EM 31/12/2023	1.400.000	(430.143)	-	8.424	158.447	1.136.728
Prejuízo do período	-	-	(7.321)	-	-	(7.321)
SALDO EM 31/03/2024	<u>1.400.000</u>	<u>(430.143)</u>	<u>(7.321)</u>	<u>8.424</u>	<u>158.447</u>	<u>1.129.407</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

EIXO SP CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2024 E DE 2023
(Em milhares de reais - R\$ mil)

	Nota explicativa	01/01/2024 a 31/03/2024	01/01/2023 a 31/03/2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo líquido do período		(7.321)	(2.329)
Ajustes:			
Depreciações e amortizações	24	47.598	41.868
Juros incorridos sobre arrendamento	25	115	78
Impostos diferidos	7	(2.251)	(10.996)
Provisão para riscos	21	2.681	817
Provisão para manutenção	20	22.588	36.155
Juros e apropriação de custo sobre empréstimos e financiamentos	25	29.842	26.292
Juros e apropriação de custo sobre debêntures	25	26.326	27.797
Variação nos ativos e passivos operacionais:			
Contas a receber	5	(735)	(10)
Estoques	6	431	438
Impostos a recuperar		(2.395)	(638)
Adiantamento a fornecedores		(209)	1.781
Despesas antecipadas		1.154	1.420
Outros ativos		(7.846)	(5.086)
Fornecedores		(30.012)	(26.581)
Salários a pagar, provisões trabalhistas e encargos sociais		995	2.065
Credor pela concessão		(36.934)	3.282
Impostos, taxas e contribuições		(1.283)	9.887
Contas com partes relacionadas		(991)	(1.084)
Outras contas a pagar		(496)	(310)
IRPJ e CSLL pagos no período		(15.379)	(3.195)
Amortização de juros empréstimos e financiamentos	13	(13.378)	(9.267)
Juros pagos sobre contrato de arrendamento	19	(115)	(78)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>12.385</u>	<u>92.306</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de imobilizado	9 e 30	(5.276)	(1.437)
Aquisições de intangível	10 e 30	(84.758)	(65.576)
Aplicações financeiras vinculadas	4	(9.507)	(7.508)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(99.541)</u>	<u>(74.521)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamento (principal) dos contratos de arrendamento mercantil	19	(1.971)	(1.888)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(1.971)</u>	<u>(1.888)</u>
REDUÇÃO (AUMENTO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(89.127)</u>	<u>15.897</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3	562.216	212.552
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3	473.089	228.449
REDUÇÃO (AUMENTO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(89.127)</u>	<u>15.897</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

EIXO SP CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2024 E DE 2023
(Em milhares de reais - R\$ mil)

	Nota explicativa	01/01/2024 a 31/03/2024	01/01/2023 a 31/03/2023
RECEITAS			
Com arrecadação de pedágio e acessórias	23	248.958	228.843
Com construção	23	85.230	78.224
Outras receitas		254	110
		<u>334.442</u>	<u>307.177</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Custo e Despesa operacionais	24	(148.881)	(128.103)
Serviços terceiros, seguros e outros	24	(22.800)	(21.134)
Poder concedente	24	(21.174)	(19.327)
Valor adicionado bruto		<u>141.587</u>	<u>138.613</u>
RETENÇÕES			
Depreciações e amortizações	24	(47.598)	(41.868)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA		<u>93.989</u>	<u>96.745</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
Receitas financeiras	25	15.221	10.228
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		<u>109.210</u>	<u>106.973</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Pessoal:			
Proventos		17.922	16.779
Benefícios		3.468	5.768
Encargos sociais e trabalhistas		5.850	4.818
Outros encargos		1.065	489
	24	<u>28.305</u>	<u>27.854</u>
Remuneração de capitais a terceiros:			
Juros sobre empréstimo/debênture	25	55.873	49.259
Despesas financeiras	25	12.689	11.323
Aluguéis	24	323	930
		<u>68.885</u>	<u>61.512</u>
Impostos, taxas e contribuições:			
Federais	7 e 23	7.012	8.606
Municipais	23	12.329	11.330
		<u>19.341</u>	<u>19.936</u>
Atribuído aos acionistas:			
Lucro líquido do período		(7.321)	(2.329)
VALOR CONSUMIDO		<u>109.210</u>	<u>106.973</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

EIXO SP CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2024 E DE 2023
(Em milhares de reais - R\$ mil)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A. (“Companhia”), constituída em 27 de janeiro de 2020, tem por objeto único e exclusivo a exploração da concessão de serviço público, de operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do sistema constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote 30 denominado Lote Piracicaba-Panorama, nos termos do Edital de Concorrência Internacional nº 01/2019, sendo a sede da Companhia localizada na Rua Passeio das Castanheiras, 480 - Parque Faber - São Carlos - SP.

A Companhia tem como única acionista e controladora a Infraestrutura Brasil Holding IX S.A., que por sua vez tem como controladores em conjunto o fundo Pátria Infraestrutura IV - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e o NY Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“GIC Group”).

O Contrato de Concessão possui prazo de 30 anos, com início em junho de 2020, para a exploração da concessão de serviço público, de ampliação, operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do sistema constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote 30 denominado Lote Piracicaba-Panorama.

O Contrato de Concessão envolve o desenvolvimento de infraestrutura em transporte, especificamente por meio da prestação de serviços públicos de operação, manutenção e realização de investimentos necessários à exploração do sistema rodoviário que integra o trecho.

Pela exploração do sistema rodoviário, a Companhia assumiu o compromisso de pagar:

- A outorga fixa no valor de R\$1.136.335, a qual foi paga em 1 parcela, sendo reconhecida como Direito de exploração, classificada no ativo intangível.
- O contrato prevê pagamento de ônus de fiscalização (1,5% sobre a receita bruta) desde o início da cobrança do pedágio, e outorga variável (7% sobre a receita bruta), esta última iniciada a partir do 13º mês contado da assinatura do termo de transferência inicial. A receita bruta é composta pela receita tarifária bruta, adicionada à receita acessória bruta.
- Compromissos futuros: o contrato de concessão da Companhia prevê investimento de aproximadamente R\$11,8 bilhões para o período remanescente da concessão, devendo ser alocados para obras de ampliação e manutenção do trecho concedido.

A data de início da operação ocorreu em 4 de junho de 2020, formalizada pela assinatura do termo de transferência, com prazo de 30 anos a contar desta data. Adicionalmente, o projeto abrange investimentos obrigatórios relacionados à duplicação de 535 quilômetros de faixas rodoviárias entres os Municípios de Marília e Panorama, Parapuã e Martinópolis, Martinópolis e Assis, e entre Piracicaba e Jahu. Além disso, haverá construção de vias marginais, construção de faixas adicionais, dispositivos de acesso retorno, ciclovias, áreas de descanso para caminhoneiros e os investimentos em 32 bases do Serviço de Atendimento aos Usuários - SAU.

Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. Os gastos para aquisição de bens reversíveis, decorrentes das obrigações assumidas no contrato de concessão, são classificados inicialmente como ativo intangível, pois refere-se ao direito da Companhia de cobrar dos usuários pelos serviços prestados.

As praças de pedágio novas estão localizadas no trecho de 958 quilômetros de rodovias que estavam sob a gestão do DER - Departamento de Estradas de Rodagem - formados por trechos das vias SP-284; SP-293; SP-294; SP-331; SP-425; SP-261; SP-304; SP-308; SP-197 e SP-191, ligando municípios das regiões de Bauru, Marília e Presidente Prudente.

O Lote da concessão compreende a extensão de 1.221,42 quilômetros de malha formada por 12 rodovias paulistas que passam por 62 municípios, desde Rio Claro, na região central do Estado de São Paulo, até Panorama, no extremo oeste, na divisa com o Estado do Mato Grosso do Sul.

O Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU) funciona 24 horas por dia nas 32 bases de atendimentos ao longo de todo o trecho, dando suporte de emergência aos usuários com 89 veículos operacionais.

O contrato de concessão estabelece que as tarifas de cada praça de pedágio serão definidas tendo como referência uma tarifa quilométrica para cada trecho de pista simples ou dupla, cada uma com o seu valor já determinado e corrigido anualmente pelo IPCA.

2. RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As informações financeiras intermediárias individuais foram elaboradas e apresentadas de acordo com os pronunciamentos técnicos CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e de acordo com a normainternacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB) e, de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela CVM.

As informações financeiras intermediárias ITRs devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (doravante denominadas de “demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023”), publicadas no dia 6 de março de 2024 no jornal O Estado de São Paulo “Estadão” e disponibilizadas por meio do seguinte website: <https://ri.eixosp.com.br/default.aspx>.

As informações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo quando requeridos pelas normas.

Estas informações financeiras intermediárias estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.1. Novas normas, alterações e interpretações de normas

Os pronunciamentos contábeis abaixo listados foram publicados e/ou revisados e entraram em vigor para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. A adoção dessas Normas e Interpretações não teve impactos relevantes sobre as divulgações ou os valores divulgados nestas informações financeiras.

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de covenants como circulante ou não circulante. Segundo as emendas o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas covenants cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IFRS 16/ CPC 6 (R2). Arrendamentos	As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retro arrendamento ('Sale and Leaseback') de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IAS 7/ CPC 3: Demonstração dos Fluxos de Caixa	Divulgação de operações de Risco Sacado ('Reverse factoring'), que envolvem as Companhias e seus fornecedores. Os novos requisitos de divulgação tornarão visível o uso de acordos de financiamento de fornecedores por uma Companhia e permitirão que os investidores observem como o uso desses instrumentos afetou as operações e a estrutura capital da Companhia.	01/01/2024, aplicação retrospectiva

A Companhia não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as informações financeiras em exercícios futuros.

2.2. Estimativas e premissas contábeis críticas

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência e em outros fatores, incluindo expectativa de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. No período de três meses findo em 31 de março de 2024, não houve alterações significativas nos julgamentos utilizados nas estimativas e premissas que apresentassem um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis dos ativos e passivos para o exercício social corrente, em relação àquelas detalhadas nas demonstrações financeiras anuais.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Caixa	6.035	5.722
Bancos	995	7.488
Aplicações financeiras (i)	<u>466.059</u>	<u>549.006</u>
Total (ii)	<u>473.089</u>	<u>562.216</u>

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa, as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que seja mantida uma classificação de crédito adequada, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital considerando as mudanças nas condições econômicas. Em 31 de março de 2024, a Companhia apresentava estrutura de capital destinada a viabilizar os compromissos assumidos com as obrigações de investimentos em intangível assumidas no contrato da concessão.

- (i) Aplicações financeiras realizadas em CDB com liquidez diária indexadas ao Certificado de Depósito Interbancário – CDI se manteve à taxa média de 100,5% em 31 de março de 2024.
- (ii) Na data da finalização destas informações financeiras a Administração da Companhia tem a intenção de utilização dos saldos mantidos em caixa e equivalentes de caixa com compromissos de curto prazo, bem como, investimentos em intangível previstos para os próximos 12 meses.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Aplicações vinculadas - Empréstimos BNDES	32.129	30.217
Aplicações vinculadas - Debêntures	<u>20.721</u>	<u>13.126</u>
Total	<u>52.850</u>	<u>43.343</u>
Circulante	42.282	18.534
Não circulante	<u>10.568</u>	<u>24.809</u>
	<u>52.850</u>	<u>43.343</u>

Conforme contrato, a Companhia deverá manter 2 contas para pagamentos do financiamento obtido junto ao BNDES e 2 contas para pagamento das debêntures, controladas diretamente pelo Banco Santander, e o saldo aplicado será de uso exclusivo para pagamento das operações de financiamento mencionadas abaixo:

BNDES

- (a) Pagamento BNDES: conta específica para constituição de 1 parcela a ser paga trimestralmente.
- (b) Reserva BNDES: conta específica para constituição de 3 parcelas adicionais que poderão ser utilizadas quando a conta pagamento BNDES não possuir saldo suficiente para pagamento.

Debêntures

- (a) Pagamento Debêntures: conta específica para constituição de 1 parcela a ser paga semestralmente.
- (b) Reserva Debêntures: conta específica para constituição de 1 parcela adicional que poderá ser utilizada quando a conta pagamento Debêntures não possuir saldo suficiente para pagamento.

A Administração da Companhia não possui indícios quanto a possibilidade de não constituir saldo suficiente em conta para pagamento, mantendo, portanto, as contas de reserva como não circulante.

Aplicações financeiras vinculadas (CDBs) estão sendo mantidas em instituição financeira de primeira linha com liquidez diária indexadas ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI à taxa média de 95% em 31 de março de 2024 e 95% em 31 de dezembro de 2023.

5. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	62.588	61.905
Receitas acessórias a receber	<u>130</u>	<u>78</u>
Total	<u>62.718</u>	<u>61.983</u>

- (*) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio, que serão recebidas das operadoras de serviço de arrecadação - "OSA".

A Administração da Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023. O prazo médio de vencimento é de até 30 dias e estando todo seu montante como a vencer.

6. ESTOQUES

Os estoques estão representados por:

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Uniformes e EPIs	2.333	2.490
Manutenção civil e hidráulica	1.188	1.232
Outros	<u>1.783</u>	<u>2.013</u>
Total	<u>5.304</u>	<u>5.735</u>

Em 31 de março de 2024 os estoques não tinham sido dados em garantia das operações da Companhia. Na data da finalização destas informações financeiras a Administração da Companhia tem a intenção de utilização dos saldos mantidos em estoque em até 12 meses.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das informações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Imposto de renda diferido	49.716	48.060
Contribuição social diferida	<u>17.898</u>	<u>17.303</u>
Total	<u>67.614</u>	<u>65.363</u>
2024	6.960	9.758
Após 2025	60.654	55.605
Total	<u>67.614</u>	<u>65.363</u>

b) O imposto de renda e a contribuição social diferidas ativas tem as seguintes origens:

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	15.935	13.404
Provisão de fornecedores (i)	5.660	23.931
Provisão para manutenção	249.585	226.997
Capitalização de juros	(76.566)	(76.566)
Provisão PLR	(1.208)	(292)
Prejuízo fiscal (base negativa)	(644)	-
Outras	<u>6.102</u>	<u>4.769</u>
Base de cálculo total	198.864	192.243
Taxa combinada de impostos	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	<u>67.614</u>	<u>65.363</u>
(i) Refere-se aos serviços medidos/contabilizados no período e que terão as notas fiscais emitidas no mês subsequente.		

c) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos do período:

A conciliação do imposto de renda e da contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(9.396)	(2.076)
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social nominal	<u>3.195</u>	<u>707</u>

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes:		
Capitalização e amortização de juros	(262)	(209)
Outras diferenças permanentes	<u>(858)</u>	<u>(751)</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>2.075</u>	<u>(253)</u>
Impostos de renda e contribuição social corrente	(176)	(11.249)
Impostos de renda e contribuição social diferido	<u>2.251</u>	<u>10.996</u>
	<u>2.075</u>	<u>(253)</u>
Alíquota efetiva de impostos de renda e contribuição social %	22%	17%

8. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Em 31 de março de 2024, a Companhia possui Depósitos Judiciais de naturezas cíveis, trabalhistas e ações de desapropriação, classificados como perdas prováveis, conforme tabela abaixo:

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Ações cíveis	75	51
Ações trabalhistas	1.658	1.422
Ações de desapropriação (a)	<u>25.911</u>	<u>17.633</u>
Total	<u>27.644</u>	<u>19.106</u>

- (a) As ações judiciais são provenientes de seus investimentos em ampliação (SP 294: duplicação rodovia, construção de vias marginais e de pontes), edificação de postos de Serviços de Atendimento aos Usuários – “SAUs”, área de descanso para caminhoneiros e Posto Geral de Fiscalização – “PGFs”.

9. IMOBILIZADO

	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Equipamentos de informática</u>	<u>Equipamentos de telefonia comercial</u>	<u>Equipamentos para veículos</u>	<u>Caminhões</u>	<u>Edifícios</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
<u>Custo do imobilizado</u>									
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.907	35.985	5.345	336	468	65.168	2.669	1.113	112.991
Adições	98	2.930	16	-	16	-	1.333	195	4.588
Saldo em 31 de março de 2024	<u>2.005</u>	<u>38.915</u>	<u>5.361</u>	<u>336</u>	<u>484</u>	<u>65.168</u>	<u>4.002</u>	<u>1.308</u>	<u>117.579</u>
<u>Depreciação acumulada</u>									
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(264)	(4.753)	(3.121)	(229)	(88)	(27.036)	(15)	(290)	(35.796)
Adições	(82)	(1.136)	(284)	(16)	(13)	(3.745)	(38)	(33)	(5.347)
Saldo em 31 de março de 2024	<u>(346)</u>	<u>(5.889)</u>	<u>(3.405)</u>	<u>(245)</u>	<u>(101)</u>	<u>(30.781)</u>	<u>(53)</u>	<u>(323)</u>	<u>(41.143)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>									
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.643	31.232	2.224	107	380	38.132	2.654	823	77.195
Saldo em 31 de março de 2024	1.659	33.026	1.956	91	383	34.387	3.949	985	76.436
Taxas de depreciação - a.a.	10	20	20	20	25	25	25	10	
<u>Custo do imobilizado</u>									
Saldo em 31 de dezembro de 2022	767	14.397	5.117	331	468	64.747	-	970	86.797
Adições	1.140	21.588	228	5	-	421	2.669	143	26.194
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>1.907</u>	<u>35.985</u>	<u>5.345</u>	<u>336</u>	<u>468</u>	<u>65.168</u>	<u>2.669</u>	<u>1.113</u>	<u>112.991</u>
<u>Depreciação acumulada</u>									
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(157)	(2.421)	(2.093)	(163)	(41)	(11.863)	-	(175)	(16.913)
Adições	(107)	(2.332)	(1.028)	(66)	(47)	(15.173)	(15)	(115)	(18.883)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>(264)</u>	<u>(4.753)</u>	<u>(3.121)</u>	<u>(229)</u>	<u>(88)</u>	<u>(27.036)</u>	<u>(15)</u>	<u>(290)</u>	<u>(35.796)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>									
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.643	31.232	2.224	107	380	38.132	2.654	823	77.195
Taxas de depreciação - a.a.	10	20	20	20	25	25	25	10	

Em 31 de março de 2024, não há bens do ativo imobilizado vinculados como garantia dos financiamentos, debêntures ou de processos de qualquer natureza.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS, os itens de ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis são revisados detalhadamente anualmente, para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Companhia concluiu que não há no primeiro trimestre de 2024, nenhum indicativo adicional que levasse à necessidade de constituição de provisão para “impairment” dos ativos imobilizados.

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia em 31 de março de 2024.

10. INTANGÍVEL

	Intangível em rodovias - obras e serviços - em andamento (i)	Intangível em rodovias - obras, serviços e capitalização de custos de empréstimos (i)	Contrato de Concessão-Outorga (i e ii)	Software	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2023	402.103	1.787.075	1.136.335	5.334	3.330.847
Adições (b)	73.410	44.043	-	315	117.768
Transferências	(62.279)	62.091	-	188	-
Saldo em 31 de março de 2024	<u>413.234</u>	<u>1.893.209</u>	<u>1.136.335</u>	<u>5.837</u>	<u>3.448.615</u>
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	(246.587)	(135.727)	(375)	(382.689)
Adições	-	(30.435)	(9.469)	(53)	(39.957)
Saldo em 31 de março de 2024	-	<u>(277.022)</u>	<u>(145.196)</u>	<u>(428)</u>	<u>(422.646)</u>
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2023	402.103	1.540.488	1.000.608	4.959	2.948.158
Saldo em 31 de março de 2024	413.234	1.616.187	991.139	5.409	3.025.969
Taxas médias anuais de amortização - % (a)	-	6,78	3,33	6,64	

	Intangível em rodovias – obras e serviços – em andamento (i)	Intangível em rodovias – obras, serviços e capitalização de custos de empréstimos (i)(c)	Contrato de Concessão-Outorga (i e ii)	Software	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2022	158.304	1.519.095	1.136.335	3.104	2.816.838
Adições (b)	287.455	224.346	-	2.208	514.009
Transferências	(43.656)	43.634	-	22	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>402.103</u>	<u>1.787.075</u>	<u>1.136.335</u>	<u>5.334</u>	<u>3.330.847</u>
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	(138.901)	(97.849)	(246)	(236.996)
Adições	-	(107.686)	(37.878)	(129)	(145.693)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>-</u>	<u>(246.587)</u>	<u>(135.727)</u>	<u>(375)</u>	<u>(382.689)</u>
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2023	402.103	1.540.488	1.000.608	4.959	2.948.158
Taxas médias anuais de amortização - % (a)	-	6,78	3,33	6,64	

- (a) O intangível, o contrato de concessão e os softwares/direito de uso são amortizados ao resultado de forma linear, pelo prazo da vida útil ou prazo remanescente da concessão, dos dois o menor, (calculada a partir da entrada em operação por um período que não excede o prazo remanescente da concessão) esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.
- (b) As principais adições do período estão representadas pela duplicação da SP 294, implantação de dispositivos de contenção viária, vias marginais, edificação de SAUs, área de descanso para caminhoneiro, PGFs, parada de ônibus, equipamentos de tecnologia, entre outros.
- (c) No primeiro trimestre de 2024 não houve capitalização de custos de empréstimos.
- (i) Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem basicamente a infraestrutura rodoviária e o direito de outorga.
- (ii) Vide nota explicativa nº 1.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS, os itens de ativo intangível que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis são revisados detalhadamente anualmente, para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Companhia concluiu que não há no primeiro trimestre de 2024, nenhum indicativo adicional que levasse à necessidade de constituição de provisão para “impairment” dos ativos imobilizados.

11. DIREITO DE USO

	Saldo em 31/12/2023	Adições e atualizações contratuais	Baixas	Amortização	Saldo em 31/03/2024
Equipamentos operacionais	1.243	-	-	(287)	956
Instalações e edificações	2.511	387	-	(303)	2.595
Veículos (a)	6.460	10.467	-	(1.948)	14.979
Total	<u>10.214</u>	<u>10.854</u>	<u>-</u>	<u>(2.538)</u>	<u>18.530</u>

	Saldo em 31/12/2022	Adições e atualizações contratuais	Baixas	Amortização	Saldo em 31/12/2023
Equipamentos operacionais	748	1.102	-	(607)	1.243
Instalações e edificações	1.864	3.249	(1.270)	(1.332)	2.511
Veículos	4.270	7.235	-	(5.045)	6.460
Total	<u>6.882</u>	<u>11.586</u>	<u>(1.270)</u>	<u>(6.984)</u>	<u>10.214</u>

Saldos relacionados as operações de arrendamento da Companhia, cujos pagamentos são mensais. Em geral, estes contratos possuem prazos que variam entre 3 e 19 anos. A Companhia avalia no início de cada arrendamento se é razoavelmente certo se as opções de extensão serão exercidas, e reavalia tal conclusão em caso da ocorrência de evento significativo ou uma mudança nas circunstâncias dentro de seu controle.

Para cada contrato de arrendamento mercantil a Companhia reconhece um Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento composto pelo valor presente das parcelas e custos associados ao contrato de arrendamento mercantil, descontados à taxa média real de 6,09% a.a., pois os contratos de arrendamento são corrigidos pela inflação. A taxa real é equivalente às de emissão de dívidas no mercado com prazos e vencimentos equivalentes. O valor do ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil estimada do contrato em vigência e cessado quando do ajuste por perda ao valor recuperável, ou mesmo quando ocorre o cancelamento dos termos contratuais de acordo com as condições comerciais e estratégia de negócios da Companhia.

Pelo enquadramento tributário da Companhia não há direito à recuperação de créditos com PIS (Programa de integração social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social).

(a) As adições referem-se à substituição parcial da frota de veículos operacionais e administrativos realizando, da qual a Companhia realizou a contemplação de novos contratos de arrendamentos.

12. FORNECEDORES

	31/03/2024	31/12/2023
Fornecedores - Obras	63.764	65.555
Fornecedores - Imobilizado	-	68
Fornecedores - Serviços	26.016	22.090
Total	<u>89.780</u>	<u>87.713</u>

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

O saldo de empréstimos e financiamentos está composto pelo saldo devedor das notas promissórias e BNDES, ambos reduzido dos custos de captação a amortizar, conforme movimentação detalhada a seguir:

Descrição	Indexador	Acréscimos de juros a.a. %	Saldo em 31/12/2023	Captação	Juros e atualização monetária/amortização de custo	Amortização (i)	Saldo em 31/03/2024
BNDES	IPCA	5,21%	1.042.094	-	29.842	(13.378)	1.058.558
Total			<u>1.042.094</u>	<u>-</u>	<u>29.842</u>	<u>(13.378)</u>	<u>1.058.558</u>

Descrição	Indexador	Acréscimos de juros a.a. %	Saldo em 31/12/2022	Captação	Juros e atualização monetária/amortização de custo	Amortização (i)	Saldo em 31/12/2023
BNDES	IPCA	5,21%	687.575	300.000	101.338	(46.819)	1.042.094
Total			<u>687.575</u>	<u>300.000</u>	<u>101.338</u>	<u>(46.819)</u>	<u>1.042.094</u>

	31/03/2024	31/12/2023
Circulante	2.191	2.158
Não circulante	1.056.367	1.039.936

(i) O contrato de financiamento firmado com o BNDES encontra-se em período de carência, sendo realizada, portanto, somente amortização das parcelas de juros.

a) Financiamento BNDES

Em 22 de dezembro de 2020, foi obtido junto ao BNDES um crédito no valor de R\$3.000.000 composto pelas linhas de Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT e FAT - Depósitos Especiais, não conversíveis em ações, cuja taxa de juros é composta de:

- Subcréditos "A", "B", "C" e "D": IPCA + 1,83% a.a. + spread BNDES de 3,38% a.a.
- Subcrédito "E": IPCA + 1,83% a.a. + spread BNDES de 4,84% a.a.

O total dos créditos deverão ser utilizados pela Companhia nos prazos determinados a seguir, sem prejuízo do BNDES estender os referidos prazos:

- Subcréditos "A" e "B": até 22 de junho de 2023, cujo montante do crédito é de R\$1.300.000.

A Companhia obteve liberações parciais dos subcréditos "A" e "B", no montante total de R\$950.000 ocorridas nos dias 13 de julho de 2021, 29 de novembro de 2021 e 30 de maio de 2023.

- Subcrédito "C": até 22 de junho de 2025, cujo montante do crédito é de R\$1.100.000.
- Subcréditos "D" e "E": até 22 de junho de 2027, cujo montante do crédito é de R\$600.000.

O prazo de carência para início da amortização do valor principal é de:

- Subcréditos “A”, “B” e “C”: carência até 15/01/2025. Após a carência a amortização dar-se-á em 245 prestações, iniciando em 15/01/2025 e terminando em 15/05/2045.
- Subcrédito “D” e “E”: carência até 15/01/2027. Após a carência a amortização dar-se-á em 221 prestações, iniciando em 15/01/2027 e terminando em 15/05/2045.

No período de carência o pagamento dos juros será realizado trimestralmente.

Não há cláusulas restritivas (“covenants”) financeiros sobre o financiamento.

As principais cláusulas de vencimento antecipado estão relacionadas a não existência de:

- (i) Instauração de processo de caducidade, anulação, relicitação ou rescisão do contrato de concessão.
- (ii) Celebração de aditivo aos contratos da concessão, que possa prejudicar o cumprimento das obrigações, sem anuência prévia do BNDES.
- (iii) Descumprimento das seguintes obrigações contratuais: 1. Contratação e manutenção dos seguros exigidos no plano de seguros previsto no contrato de concessão, 2. Contratação e manutenção integral da garantia de execução contratual, 3. Pagamento de outorgas e taxas da ARTESP.
- (iv) Extinção, liquidação, dissolução, requerimento de autofalência e o pedido de recuperação judicial ou extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores.
- (v) Pedido de recuperação judicial, extrajudicial, autofalência, bem como a decretação de falência.
- (vi) Ocorrência de declaração de vencimento antecipado das debêntures autorizadas ou qualquer outra dívida tomada.
- (vii) Inadimplemento das dívidas celebradas com o BNDES.
- (viii) Não substituição das fianças bancárias.

Em 31 de março de 2024, a Companhia encontra-se adimplente com os compromissos firmados.

O contrato de financiamento prevê que para a conclusão físico-financeira parcial do projeto financiado (“completion” dos subcréditos A e B) a EIXO SP deve, dentre outras obrigações ter apurado (i) EBITDA Ajustado em 31/12/2022 de no mínimo R\$435.000 e (ii) soma dos EBITDAS Ajustados desde o início de sua operação até a data de apuração somado aos valores de capital social integralizado de no mínimo R\$1.770.000, ambos valores na data-base 31 de dezembro de 2020. A Companhia atendeu as obrigações pactuadas com o BNDES para obtenção da conclusão físico-financeira parcial do projeto financiado (“completion” dos subcréditos A e B).

14. DEBÊNTURES

A posição das debêntures (com partes relacionadas e BNDES) em 31 de março de 2024 é:

Descrição	Indexador	Acréscimos de juros a.a. %	Saldo em 31/12/2023	Captação	Juros e atualização monetária/ amortização de custo	Amortização (i)	Custo de Captação	Saldo em 31/03/2024
Partes relacionadas (ii)			637.825	-	14.558	-	-	652.383
BNDES (ii)	IPCA	5,05%	405.797	-	11.768	-	-	417.565
Total			1.043.622	-	26.326	-	-	1.069.948

Descrição	Indexador	Acréscimos de juros a.a. %	Saldo em 31/12/2022	Captação	Juros e atualização monetária/ amortização de custo	Amortização (i)	Custo de Captação	Saldo em 31/12/2023
Partes relacionadas (ii)			581.694	-	56.131	-	-	637.825
BNDES (ii)	IPCA	5,05%	384.058	-	41.942	(20.203)	-	405.797
Total			965.752	-	98.073	(20.203)	-	1.043.622

	31/03/2024	31/12/2023
Circulante	5.739	722
Não circulante	1.064.209	1.042.900

(i) As debêntures com o BNDES encontram-se em período de carência, sendo realizada, portanto, somente amortização das parcelas de juros.

(ii) As debêntures não possuem “covenants” financeiro.

a) Debêntures com Partes Relacionadas

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2020, foi aprovada a realização da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, no valor total de R\$145.500 (145,5 debêntures com valor unitário de R\$1) e de debêntures conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, no valor total de R\$339.500 (339,5 debêntures com valor unitário de R\$1), em conformidade com a Instrução CVM nº 476.

A conversão em ações pode ser realizada de forma obrigatória no caso de vencimento antecipado ou facultativa a critério do Debenturista a partir do 2º aniversário de integralização das Debêntures. A quantidade de ações a ser entregue ao debenturista no caso de conversão será variável e calculada pelo valor atualizado da debênture dividido pelo valor justo da ação da Companhia, multiplicado pelo número de debentures convertidas.

As debêntures foram emitidas em janeiro e maio de 2021 e terão prazo de vencimento de 26 anos, com vencimento em 15 de janeiro de 2047 e com juros remuneratórios, prefixados correspondentes a 9,77% a.a. (na base 252 dias) e os juros serão pagos no vencimento das debêntures. A Companhia já recebeu o montante de R\$490.702 (R\$285.000 em janeiro e R\$205.702 em maio de 2021), através de transferência bancária.

As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação.

As debêntures emitidas possuem, como hipóteses de vencimento antecipado, a ocorrência de declaração do vencimento antecipado de qualquer outra dívida e/ou financiamento de longo prazo tomados pela Emissora junto a instituições financeiras, públicas ou privadas e/ou emissão de valores mobiliários no mercado de capitais brasileiro ou internacional.

b) Debêntures BNDES

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de maio de 2021, foi aprovada a realização da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor total de R\$350.000 (350 debêntures com valor unitário de R\$1), em conformidade com a Instrução CVM nº 476.

As debêntures foram emitidas em julho de 2021 e terão prazo de vencimento de 174 meses, com vencimento em 15 de dezembro de 2035, atualizados por IPCA acrescidos de juros remuneratórios de 5,05% a.a. (na base 252 dias) e os juros serão pagos semestralmente, iniciando em 15 de dezembro de 2021. A amortização do principal dar-se-á em 22 parcelas semestrais e consecutivas, sendo a primeira em 15 de junho de 2025 e última em 15 de dezembro de 2035. A Companhia já recebeu o montante de R\$350.000, através de transferência bancária.

As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação.

As debêntures emitidas possuem, como hipóteses de vencimento antecipado, a ocorrência de não pagamento do saldo do valor nominal atualizado, dos juros remuneratórios e/ou quaisquer outras obrigações pecuniárias devidas aos debenturistas, entre outras.

Não há cláusulas restritivas (“covenants”) financeiros sobre as debêntures.

15. CREDOR PELA CONCESSÃO

Corresponde ao pagamento de ônus de fiscalização de 1,50% e outorga variável I e II (4,00% e 3,00% respectivamente) totalizando 7,00%, constante do contrato de concessão, que somam um total de 8,50% das receitas de pedágio e receitas acessórias da Companhia auferidas mensalmente.

A antecipação da compensação para o desconto de usuário frequente - "ACDUF" corresponde à devolução de 75% da outorga variável I do contrato de concessão.

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Ônus de fiscalização	1.620	1.528
Outorga variável	9.778	9.350
Antecipação da compensação para o desconto de usuário frequente (i)	47.007	42.381
Readequação do Pavimento do Sistema Remanescente (ii)	95.464	137.544
Total	<u>153.869</u>	<u>190.803</u>

- (i) O contrato de concessão prevê desconto aos usuários frequentes, sendo que tais descontos são compensados com parte da outorga variável a título de reequilíbrio antecipado do Desconto do Usuário Frequente - "ACDUF". Considerando a apuração mensal é realizada com base em estimativa e não nos valores reais, assim que concluído o processo administrativo junto à ARTESP providenciaremos a devolução do montante reequilibrado a maior.
- (ii) Em 5 de maio de 2023 a Companhia recebeu do poder concedente a título de compensação financeira antecipada a importância de R\$248.034 para recuperação do pavimento das rodovias SP225 e SP310 (sistema remanescente) e o saldo será realizado mediante desembolso de caixa, não há impactos no resultado decorrente desta operação. Até 31 de março de 2024, a Companhia já havia consumido o montante de R\$152.570 da importância recebida de forma antecipada, restando o saldo remanescente de R\$95.464.

16. SALÁRIOS A PAGAR, PROVISÃO TRABALHISTA E ENCARGOS SOCIAIS

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Salários e honorários	911	888
Encargos sociais e previdenciários	3.291	3.250
Provisão de férias	9.986	10.370
Provisão 13º	2.136	-
Provisão para participação nos lucros ou resultados e gratificações	6.964	7.785
Total	<u>23.288</u>	<u>22.293</u>

17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Programa Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	3.311	4.164
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	1	15.204
Imposto Sobre Serviços - ISS	4.190	4.376
Impostos federais terceiros	881	1.082
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS terceiros	1.081	1.249
Imposto Sobre Serviços - ISS terceiros	1.736	1.787
Total	<u>11.200</u>	<u>27.862</u>

18. PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas com taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Para o período findo em 31 de março de 2024 a Companhia apresenta saldo em aberto com partes relacionadas, conforme abaixo:

Partes relacionadas (*)	Transação (**)	<u>31/03/2024</u>	
		Ativo circulante	Passivo circulante
Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.	Compartilhamento de despesas/Locação de fibra	22	7
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.	Compartilhamento de despesas/Locação de torres	92	19
Infraestrutura Brasil Holding IX S.A.	Compartilhamento de despesas	1	-
Pátria Infraestrutura IV	Reembolso de despesas	71	-
IBH I Serviços e Participações S.A.	Prestação de serviços (a)	22	2.092
Infraestrutura Brasil Holding XXI S.A.	Reembolso de despesas	1.496	208
Saldo em 31/03/2024		<u>1.704</u>	<u>2.326</u>

Partes relacionadas (*)	Transação (**)	31/12/2023	
		Ativo circulante	Passivo circulante
Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.	Compartilhamento de despesas/Locação de fibra	13	45
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.	Compartilhamento de despesas/Locação de torres	153	11
Infraestrutura Brasil Holding IX S.A.	Compartilhamento de despesas	281	-
Infraestrutura Brasil Holding VIII S.A.	Compartilhamento de despesas	1	-
Pátria Infraestrutura IV	Reembolso de despesas	71	-
IBH I Serviços e Participações S.A.	Prestação de serviços (a)	22	1.890
Infraestrutura Brasil Holding XXI S.A.	Reembolso de despesas	-	208
Saldo em 31/12/2023		<u>541</u>	<u>2.154</u>
Partes relacionadas (*)		31/03/2024	31/12/2023
Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.		15	53
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.		14	8
Infraestrutura Brasil Holding IX S.A.		-	280
Winity S.A.		-	(583)
Pátria Infraestrutura IV		-	-
IBH I Serviços e Participações S.A. (a)		(3.143)	(13.335)
Infraestrutura Brasil Holding IX S.A.		<u>1.485</u>	-
		<u>(1.629)</u>	<u>(13.577)</u>

(a) Prestação de serviços para atividades contábeis e fiscais, financeiras, “supply chain”, administração de pessoal, seguros, entre outras.

(*) Parte relacionada composto pelas investidas do Pátria Investimentos, sem qualquer ligação societária com a Companhia, exceto pelo Fundo Pátria investidor e IBH I Serviços e Participações S.A.

(**) Compartilhamento de despesas referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado.

Remuneração dos Administradores

Em 30 de abril de 2024, em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovado o limite de remuneração global dos Administradores da Companhia para o exercício de 2024 em até R\$10.000, incluídos nesse valor os benefícios e encargos para o exercício social. Os Administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro).

No primeiro trimestre de 2024, foram pagos R\$2.942 (R\$8.433 em 31 de dezembro de 2023) a título de benefícios de curto prazo, tais como salários, encargos e outros.

Debêntures

As debêntures mencionadas na nota explicativa nº 14, alínea a), foram captadas com partes relacionadas: (i) Pátria Infraestrutura IV - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia - 70% do montante total captado; e (ii) Warrington Investment Pte. Ltd. ("GIC Group") - 30% do montante total captado.

Destacamos o resultado de juros em relação as debêntures emitidas com partes relacionadas, vide nota explicativa nº 14 com efeito no resultado no montante de R\$14.558.

19. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

a) Política contábil

A norma determina que todos os arrendamentos mercantis e seus correspondentes direitos contratuais e obrigações deverão ser reconhecidos no Balanço patrimonial, com isenção de reconhecimento para arrendamentos com prazo contratual inferior a 12 meses, com prazo indeterminado ou contratos de baixo valor. Para os arrendamentos com isenção de reconhecimento, a Companhia registrou a despesa no resultado ao longo do prazo do arrendamento conforme incorrido.

Para cada contrato de arrendamento mercantil a Companhia reconhece um Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento composto pelo valor presente das parcelas e custos associados ao contrato de arrendamento mercantil, descontados à taxa média de 6,09% a.a. A taxa é equivalente às de emissão de dívidas no mercado com prazos e vencimentos equivalentes. O valor do ativo de direito de uso é amortizado ao longo da vida útil estimada do bem ou prazo de vigência do contrato, dos 2 o menor, e cessado quando do ajuste por perda ao valor recuperável, se aplicável, ou mesmo quando ocorre o cancelamento dos termos contratuais de acordo com as condições comerciais e estratégia de negócios da Companhia.

Pelo enquadramento tributário da Companhia não há direito à recuperação de créditos com PIS (Programa de integração social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social).

b) Composição dos saldos e movimentação

Passivo de arrendamento

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldo inicial	9.625	6.507
Adições e atualizações contratuais (a)	10.854	11.586
Baixas de contrato	-	(1.270)
Juros provisionados	115	464
Pagamento de juros	(115)	(464)
Pagamento de principal	<u>(1.971)</u>	<u>(7.198)</u>
Total	<u>18.508</u>	<u>9.625</u>
Circulante	7.768	5.436
Não circulante	10.740	4.189

A realização da parcela não circulante do arrendamento dar-se-á da seguinte forma:

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
2025	3.483	2.074
2026	1.937	3.251
2027 em diante	<u>9.642</u>	<u>-</u>
Total	15.063	5.325
Ajuste a valor presente	<u>(4.323)</u>	<u>(1.136)</u>
Passivo de arrendamento	<u>10.740</u>	<u>4.189</u>

(a) As adições referem-se à substituição parcial da frota de veículos operacionais e administrativos, da qual a Companhia realizou a contemplação de novos contratos de arrendamentos.

	<u>Adoção Inicial</u>	<u>Dez. 2022</u>	<u>Dez. 2023</u>	<u>Mar.24</u>	<u>Dez. 2024</u>	<u>Dez. 2025</u>	<u>Dez. 2026 em diante</u>
IPCA					3,75%	3,51%	3,50%
<u>Ativo de arrendamento (i)</u>							
Balanço patrimonial	19.588	6.882	10.214	18.530	12.954	8.461	-
Fluxo com projeção	19.588	6.882	10.214	18.530	13.440	8.758	-
<u>Passivo de arrendamento (ii)</u>							
Balanço patrimonial	19.588	6.507	9.625	18.508	13.225	8.897	-
Fluxo com projeção	19.588	6.953	9.625	18.508	13.721	9.209	-
<u>Despesas financeiras (ii)</u>							
Balanço patrimonial		638	464	115	1.093	1.101	3.533
Fluxo com projeção		638	464	115	1.134	1.139	3.656
<u>Despesas de depreciação (i)</u>							
Balanço patrimonial		7.148	6.984	2.538	5.576	4.493	8.461
Fluxo com projeção		7.148	6.984	2.538	5.785	4.651	8.757

- (i) Apresentamos a evolução do ativo de arrendamento no qual podemos notar o impacto da realização esperada para ele através das despesas de depreciação.
- (ii) Temos a evolução do passivo de arrendamento, que sofre impactos das despesas financeiras e sua realização ocorrerá através do recebimento das devidas faturas.

- (ii) Para os processos prováveis a Companhia possui em 31 de março de 2024 depósito judicial de R\$1.733, sendo R\$75 para processos cíveis e R\$1.658 processos trabalhistas. Em 31 de dezembro de 2023 depósito judicial de R\$1.473, sendo R\$51 para processos cíveis e R\$1.422 processos trabalhistas. O saldo dos depósitos judiciais refere-se à processos de desapropriação.

b) Possível

Em 31 de março de 2024, a Companhia possui processos de natureza cível no montante de R\$12.856 (R\$11.836 em 31 de dezembro de 2023) e trabalhistas no montante de R\$12.975 (R\$10.300 em 31 de dezembro de 2023) classificadas como perda possível pela Administração e pelos assessores jurídicos internos e externos, para os quais não foram constituídas provisões.

Ademais, a Companhia não possui causas de natureza regulatória, tributária, ambiental, e outros processos administrativos que tenham sido considerados como perda possível pela Administração, apoiada nas posições e nas estimativas de seus advogados e assessores jurídicos externos.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de março de 2024, o capital social subscrito é de R\$1.400.000, sendo integralizado R\$969.857 (R\$969.857 em 31 de dezembro de 2023), representado por 969.857.000 ações, sendo todas ordinárias nominativas e sem valor nominal.

O capital social subscrito é representado conforme segue:

Acionista	Ações	%
Infraestrutura Brasil Holding IX S.A.	969.857.000	100

b) Dividendos mínimos obrigatório aos acionistas

De acordo com o Estatuto Social da Companhia e com a Lei das Sociedades por Ações, é conferido aos titulares de ações o direito ao recebimento de dividendos ou outras distribuições realizadas relativamente às ações de emissão da Companhia, na proporção de suas participações no capital social.

Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo mínimo obrigatório anual de 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, que poderá ser diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em períodos anteriores, nos termos do Artigo 202, inciso I da Lei das Sociedades por Ações.

c) Reserva Legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") até o limite de 20% do capital social. Eventuais excessos verificados terão sua destinação deliberada pelos acionistas controladores.

Em 31 de março de 2024 não foi constituída reserva legal. Em 31 de dezembro de 2023 a constituição da reserva legal foi de R\$4.152.

d) Reserva de retenção de lucros:

A reserva de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com objetivo à formação de reserva para investimentos e capital de giro, que terá por fim custear investimentos previstos no contrato de concessão e financiar o capital de giro da Companhia. Eventuais excessos verificados terão sua destinação deliberada pelos acionistas controladores.

Em 31 de março de 2024 foi consumido da reserva de retenção de lucros R\$ 7.321..

Em 31 de dezembro de 2023, a constituição realizada foi de R\$78.100.

23. RECEITAS

Estão representadas por:

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
Receita com arrecadação de pedágio (a)	247.676	227.787
Receitas com construção	85.230	78.224
Receita acessória (b)	<u>1.282</u>	<u>1.056</u>
Receita bruta	334.188	307.067
Deduções da receita	<u>(21.416)</u>	<u>(19.683)</u>
Receita líquida	<u><u>312.772</u></u>	<u><u>287.384</u></u>

(a) A partir de 4 de junho de 2023 houve reajuste das tarifas de pedágio de acordo com a inflação acumulada (IPCA) em 4,2%.

(b) As receitas acessórias referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos entre outros.

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
<u>Base de cálculo de impostos</u>		
Receitas com serviços	<u>248.958</u>	<u>228.843</u>
<u>Deduções</u>		
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (3%)	(7.469)	(6.866)
Programa de Integração Social - PIS (0,65%)	(1.618)	(1.487)
Imposto Sobre Serviços - ISS (4% e 5%)	<u>(12.329)</u>	<u>(11.330)</u>
	<u>(21.416)</u>	<u>(19.683)</u>

24. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
Custo dos serviços prestados:		
Custo de obra	(85.230)	(78.224)
Provisão para manutenção (a)	(44.535)	(37.862)
Pessoal	(23.168)	(20.391)
Conservação e manutenção	(16.203)	(10.897)
Serviços de terceiros (b)	(10.884)	(12.461)
Seguros	(1.779)	(1.274)
Depreciações e amortizações	(45.500)	(41.524)
Poder concedente (c)	(21.174)	(19.327)
Locações de imóveis e máquinas	(321)	(930)
Outras despesas operacionais	(4.639)	(2.967)
Total	<u>(253.433)</u>	<u>(225.857)</u>

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
Despesas administrativas:		
Provisão para riscos processuais	(2.581)	(991)
Pessoal	(5.137)	(7.463)
Conservação e manutenção	(332)	(129)
Serviços de terceiros	(4.734)	(3.553)
Depreciações e amortizações	(2.098)	(344)
Locações de imóveis e máquinas	(2)	-
Outras despesas operacionais	(764)	(879)
Total	<u>(15.648)</u>	<u>(13.359)</u>

(a) A Constituição de provisão para manutenção deu-se após a conclusão dos Trabalhos Iniciais (PII – Programa Intensivo Inicial).

(b) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e vigilância e outros.

(c) A base de cálculo e taxas estão evidenciados na nota explicativa nº 15.

25. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
Receitas financeiras:		
Provisão para manutenção - AVP	241	880
Receita de aplicações financeiras	14.897	8.510
Outros	83	838
Total	<u>15.221</u>	<u>10.228</u>

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
Despesas financeiras:		
Juros e variação monetária sobre Empréstimos/Debêntures	(55.873)	(49.259)
Provisão para manutenção - AVP	(5.324)	-
Amortização de custos com emissão de Empréstimos/Debêntures	(295)	(4.830)
Juros de arrendamento	(115)	(78)
Despesas bancárias	(5.199)	(5.694)
Atualização processos judiciais	(1.030)	(288)
Outras despesas financeiras	(726)	(433)
Total	<u>(68.562)</u>	<u>(60.582)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(53.341)</u>	<u>(50.354)</u>

26. RESULTADO POR AÇÃO

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as demonstrações sobre o resultado por ação para o período findo em 31 de março de 2024.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
<u>Prejuízo básico/diluído por ação</u>		
Prejuízo líquido do período	(7.321)	(2.329)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (em milhares)	969.857	969.857
Prejuízo básico	(0,008)	(0,002)
Potencial incremento nas ações ordinárias em virtude da conversão de debêntures	65.965	73.127
Prejuízo diluído	(0,007)	(0,002)

O efeito do potencial incremento nas ações ordinárias em virtude da conversão de Debêntures com partes relacionadas emitidas em 2021, vide nota explicativa nº 14.

27. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, administra seu capital, para assegurar que ela possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

Risco de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

A Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos e financiamentos circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação, esse risco é administrado pela Companhia por meio da manutenção de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

Considerações gerais

- Aplicações financeiras que representam investimentos, sujeitas a variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.
- Debêntures: classificados como custo amortizado, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.
- BNDES FINEM: classificados como custo amortizado, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.
- As operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas informações financeiras do período findo em 31 de março de 2024, conforme quadro a seguir:

Índice de endividamento

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Os índices de endividamento são os seguintes:		
Dívida (i)	2.150.390	2.107.895
Caixa e equivalentes de caixa	(473.089)	(562.216)
Aplicações financeiras vinculadas	<u>(52.850)</u>	<u>(43.343)</u>
Dívida líquida	1.624.451	1.502.336
Patrimônio líquido (ii)	<u>1.129.407</u>	<u>1.136.728</u>
Índice de endividamento líquido	<u>1,44</u>	<u>1,32</u>

(i) A dívida é definida por Empréstimos e financiamentos e debêntures (excluindo o custo de captação de R\$17.152 para empréstimos e financiamentos e de R\$4.732 para debêntures em 31 de março de 2024 e de R\$17.353 para empréstimos e financiamentos e de R\$4.826 para debêntures em 31 de dezembro de 2023), respectivamente, circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas notas explicativas nº 13 e nº 14.

(ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia.

- As operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas informações financeiras para o período findo em 31 de março de 2024, conforme quadro a seguir:

		<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Ativos:			
Equivalentes de caixa (i)	Custo amortizado	473.089	562.216
Aplicações financeiras vinculadas (i)	Custo amortizado	52.850	43.343
Contas a receber	Custo amortizado	62.718	61.983
Contas a receber - partes relacionadas	Custo amortizado	1.704	541

		<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Passivos:			
Fornecedores (ii)	Custo amortizado	89.780	87.713
Empréstimos e financiamentos (iii e iv)	Custo amortizado	1.075.710	1.059.447
Debêntures (v)	Custo amortizado	422.247	410.571
Debêntures - partes relacionadas (vi)	Custo amortizado	652.433	637.877
Credor pela concessão	Custo amortizado	153.869	190.803
Partes relacionadas	Custo amortizado	2.326	2.154

O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos acima) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos:

- (i) Os saldos de equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas são iguais ao valor justo na data do balanço patrimonial.
- (ii) Os saldos de fornecedores possuem prazo de vencimento substancialmente em até 30 dias, portanto, se aproxima do valor justo esperado pela Companhia.
- (iii) Os valores justos dos empréstimos e financiamentos aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas informações financeiras em virtude de serem indexados por taxas flutuantes (CDI), as quais acompanham as taxas de mercado. Considerando os vencimentos dos demais instrumentos financeiros, a Companhia estima que seus valores justos se aproximam aos valores contábeis. Os valores apresentados não consideram o saldo de custo de captação para cada uma das operações.
- (iv) O saldo referente ao custo de captação é de R\$17.152 em 31 de março de 2024 e de R\$17.353 em 31 de dezembro de 2023.
- (v) O saldo referente ao custo de captação é de R\$4.682 em 31 de março de 2024 e de R\$4.774 em 31 de dezembro de 2023.
- (vi) O saldo referente ao custo de captação é de R\$50 em 31 de março de 2024 e de R\$52 em 31 de dezembro de 2023.

c) Risco de crédito

Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia adotou a política de apenas negociar com contrapartes que tenham capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

O risco de crédito decorrente de caixa e equivalentes de caixa e contas a receber, corresponde aos saldos contábeis líquidos apresentados nas notas explicativas nº 3 e nº 5, respectivamente.

Para bancos e instituições financeiras, a Companhia tem como política a diversificação das suas aplicações financeiras em instituições de primeira linha, que apresentam "ratings" AAA, baseado nas avaliações das principais agências de "rating".

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela Companhia por meio de um modelo de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A tabela abaixo demonstra o valor total dos fluxos de obrigações monetizáveis da Companhia, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

Modalidade	Taxa de Juros (média ponderada) efetiva % a.a.	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual total	2024	2025	2026	2027	2028 em diante
	1ª Emissão de debêntures - convertíveis em ações	9,77%	456.683	3.798.865	-	-	-	-
1ª Emissão de debêntures - não convertíveis em ações	9,77%	195.751	1.628.333	-	-	-	-	1.628.333
2ª Emissão de debêntures - não convertíveis em ações	IPCA + 5,05%	422.246	747.820	21.231	33.636	34.524	35.576	622.853
Financiamento BNDES	IPCA + 5,21%	1.075.710	2.139.609	52.977	97.964	98.946	99.327	1.790.395
		<u>2.150.390</u>	<u>8.314.627</u>	<u>74.208</u>	<u>131.600</u>	<u>133.470</u>	<u>134.903</u>	<u>7.840.446</u>

e) Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos até o final do período findo em 31 de março de 2024. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no final do período do relatório esteve em aberto durante todo o exercício.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do IPCA e CDI, principais indicadores do financiamento BNDES - FINEM contratado pela Companhia e de rentabilidade dos recursos aplicados, respectivamente:

Operação	Risco	Saldo 31/03/2024	Cenário I - provável	Desvalorização (R\$)	
				Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Equivalentes de caixa	CDI	473.089	50.384	37.780	25.216
Aplicações financeiras vinculadas	CDI	52.850	5.629	4.223	2.817
Operação	Risco	Saldo 31/03/2024	Cenário I - provável	Valorização (R\$)	
Correção monetária sobre Debêntures BNDES	Aumento do IPCA	422.247	15.834	19.803	23.773
Correção monetária sobre BNDES FINEM	Aumento do IPCA	1.075.710	40.339	50.451	60.562

A Companhia está apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente. A taxa considerada foi a seguinte:

Indicador	Cenário I - provável	Valorização		Desvalorização	
		Cenário II - 25%	Cenário III - 50%	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	10,65%	-	-	7,99%	5,33%
IPCA (b)	3,75%	4,69%	5,63%	2,81%	1,88%

- (a) Refere-se à expectativa de mercado para taxa CDI para o ano de 2024. Fonte de informação - “site” da B3: https://www.b3.com.br/pt_br/, acessado em 17 de abril de 2024.
- (b) Refere-se à expectativa de mercado para taxa IPCA para o ano de 2024. Fonte de informação - “site” do BACEN: www.bcb.gov.br - FOCUS - Relatório de Mercado de 28 de março de 2024.

28. SEGUROS

A Companhia tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais.

Em 31 de março de 2024, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

Modalidade	Cobertura - R\$	Vigência
Responsabilidade civil	40.000	Até julho de 2024
Riscos operacionais	219.000	Até julho de 2024
Equipamentos	48.972	Até julho de 2025
Veículos - frota	102.783	Até julho de 2024
D&O	50.000	Até agosto de 2024
Risco de engenharia	446.245	Até junho de 2025
Seguro garantia	1.481.935	Até junho de 2024
Fiança Locatícia	1.258	Até maio de 2025
Seguro patrimonial	37.100	Até abril de 2025
Garantia judicial	2.631	Até agosto de 2028

29. OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS

No exercício de 2024, a Companhia deverá investir aproximadamente R\$889 milhões de reais, a fim de cumprir as obrigações contratuais da concessão.

Os investimentos previstos para 2024 estão representados principalmente pela duplicação da SP 294, da recuperação de pavimento, implantação de dispositivos de contenção viária, vias marginais, edificação de SAUs, área de descanso para caminhoneiro, PGFs, parada de ônibus, equipamentos e tecnologia, entre outros. O contrato assinado com o governo paulista prevê investimentos de R\$14,1 bilhões - ao longo dos 30 anos (base junho/2020) - em infraestrutura e tecnologia, sendo que até o momento, a Companhia realizou um investimento total de R\$2,3 bilhões.

Assumimos contratualmente o compromisso de neutralizar as emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), calculadas em carbono equivalente (CO₂e), proveniente das atividades de operação da concessionária, no sistema rodoviário.

A Companhia realiza anualmente o inventário com a finalidade quantificar as emissões relativas às atividades de operação a serem neutralizadas.

As compensações deverão ser executadas quinzenalmente (junho de 2025), consolidando as demandas indicadas nos inventários anuais para promover as medidas compensatórias.

30. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

As seguintes transações não impactaram o caixa da Companhia:

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
Reconhecimento do Direito de uso, CPC 6 (R2)	11	10.854	3
Receita de construção	23	85.230	78.224
Custo de construção	24	(85.230)	(78.224)
Fornecedores aquisição de intangível (a)	12	(32.767)	12.236
Depreciação usinas de asfalto (b)	9/10/11/24	(243)	-
Aquisição de imobilizado (a)	9	688	706

(a) Valores pagos/creditados no exercício referente aquisição de períodos anteriores e que conciliam com aquisição de imobilizado e intangível do período.

(b) Depreciação das máquinas e equipamentos das usinas de asfalto que produziram CBUQ – Concreto Betuminoso Usinado a Quente para aplicação no intangível.

31. APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

Em 10 de maio de 2024, a Administração autorizou a emissão das presentes informações financeiras, estando aprovadas para divulgação.